

*“Devemos urgentemente seguir uma linha de solidariedade, que se oponha ao individualismo e a competição exacerbada, e começar a pensar, tratar e cuidar dos grandes problemas sociais que atualmente afligem a sociedade brasileira”.*

de expansão da economia foi de apenas 2,3%. No período 1980/1989, chamado de “Década Perdida”, o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. No período 1990 a 1999, com a implementação das políticas liberais, a taxa média anual foi ainda pior. Fechamos a década com queda absoluta do PIB em relação a anterior. Agravamos o problema do desemprego, da violência, da marginalidade e da concentração de renda, dentre outros.

Desse modo, esperar pelo desenvolvimento brasileiro para fazermos reformas sociais e estruturais profunda é acenar com blefe e utopia para os milhões de miseráveis e/ou despossuídos. Devemos urgentemente seguir uma linha de solidariedade, que se oponha ao individualismo e a competição exacerbada, e começar a pensar, tratar e cuidar dos grandes problemas sociais que atualmente afligem a sociedade brasileira.

Afinal, depois de alinhavarmos a dura realidade social no Brasil e, por outro lado, a preocupação economicista, do individualismo, do elitismo e consumismo propagado pelas autoridades econômicas de plantão e ideologicamente absorvidas por parcelas da nossa sociedade, surge a pergunta: o que está mesmo errado na economia brasileira? ●

\* LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ “PUSCAS” é professor de Economia DECON/UFPI. Especialista em Economia Rural.

\*\* SAMUEL COSTA FILHO é professor de Economia DECON/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

# O Comércio Exterior e o Protecionismo de Mercado

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA\*

## 1. INTRODUÇÃO

A comunidade de nações vive a expectativa do incremento da economia internacional cada vez mais globalizada, mercê do reconhecimento da predominância dos princípios da interdependência e complementaridade nas relações econômicas internacionais.

O capital atinge altos níveis de internacionalização, conduzindo e modificando conceitos e preceitos do Direito Internacional. Por conseguinte, os interesses e as conveniências entre os países pulverizaram o nacionalismo exacerbado, os interesses individuais, as conveniências isoladas, marginalizando definitivamente a auto-suficiência, nas relações internacionais.

Em assim sendo, diante deste cenário internacional, a previsibilidade será a de um comércio internacional livre, sem barreiras alfandegárias, sem a introdução de políticas comerciais protecionistas que impeçam a livre circulação de mercadorias e serviços.

Entretanto, tal fato não ocorre sistematicamente na Economia Internacional, que continua tão fechada quanto no período da chamada Guerra Fria, decorrente do pós - Segunda Guerra Mundial, com o surgimento das superpotências nas Relações Internacionais.

## 2. A POLÍTICA COMERCIAL

A política que rege as relações econômicas e comerciais entre as nações é a comercial. Pode-se afirmar que a existência de 200 (duzentas) nações soberanas e independentes, nas relações internacionais, possibilita o aparecimento de igual número de Políticas Comerciais, gerando imensas dificuldades à livre circulação de mercadorias e serviços.

É correto afirmar que o Comércio Exterior não é livre. Que as Políticas Comerciais representam os interesses e as conveniências das nações. Que o equacionamento

de Políticas Comerciais regionais representa o grande desafio dos processos de integração econômica atualmente em andamento. Que mesmo a Comunidade Econômica Européia, rica e industrializada, geradora de produtos de alta tecnologia, portanto, extremamente competitivos no Comércio Exterior, não prescinde das Políticas Comerciais para proteger o mercado regional, mesmo prejudicando nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, que necessitam exportar produtos primários ou in natura, para financiar a formação de poupanças nacionais. Que os Estados Unidos da América, individualmente a nação mais rica e industrializada do planeta, com o Produto Interno Bruto de 1999 superior a 06 (seis) trilhões de dólares, não marginaliza a política comercial nas trocas internacionais. São notórios os desentendimentos, por exemplo, entre os EUA e o Brasil quanto à entrada de produtos como o aço, o calçado e o suco de laranja no mercado americano. São notórias as tarifas cobradas pelo setor aduaneiro americano em face do ingresso de produtos brasileiros, tendo em vista a correção de preços - Preço Real e Preço de Mercado.

Assim, é plausível afirmar que os empecilhos ao crescimento e desenvolvimento do Comércio Internacional é uma resultante do extraordinário crescimento das trocas internacionais, consequência dos efeitos benéficos da Revolução Industrial nos meios de produção. A produção deixou de ser pautada apenas nas necessidades da economia doméstica, e passou a ser determinada pelos interesses e conveniências de sociedades externas.

Com o crescimento do Comércio Exterior cresceu também, na mesma proporção, as ambições, os interesses, as vontades e as rivalidades entre as nações, em razão da aplicação da geometria na acumulação de Capital, e

consequente geração de riquezas. E os empecilhos também surgiram na mesma proporção, como se fosse o assentamento de política inversa à da expansão.

### 3. O SÉCULO DO PROTECIONISMO

O século XX, no Comércio Exterior, é o do Protecionismo. O sumo da contradição também pode ser encontrado neste Século que está sendo concluído. Nunca o Comércio Exterior cresceu tanto quanto neste século, fazendo surgir de forma transparente os Países Ricos e Industrializados, os Países em Desenvolvimento e os Países Subdesenvolvidos, responsáveis pelos graves e preocupantes problemas sociais vigentes na Comunidade de Nações. Pensadores econômicos contemporâneos e cientistas sociais têm alertado os dirigentes mundiais, notadamente a partir de 1945, que o mais acentuado problema da Economia Internacional não é o protecionismo de mercado, e sim as desigualdades sociais internas e externas no contexto das sociedades e dos países. Seguindo esta linha de raciocínio, chega-se à conclusão que os problemas sociais e econômicos de um país, agrupamento de países e regiões, não são restritos aos atores diretamente envolvidos, e sim, em consonância com a economia internacional globalizada, a todos os atores ativos da Comunidade de Nações, pois as consequências da marginalização dos problemas serão diluídos na comunidade internacional. Os fluxos migratórios tão intensos na segunda metade do século XIX e seletivos após o encerramento da Primeira Guerra Mundial em 1918, voltaram a ser intensos a partir da década de 1970, como consequência das duas primeiras crises mundiais do petróleo - a de 1973 e de 1979.

Ato de discriminação e fechamento de mercados estão a ocorrer paulatinamente, como reação à tentativa de livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços, na busca de poder aquisitivo, de renda, de poder de compra e capacidade de consumo. É a luta pela sobrevivência. Recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação, FAO, afirma que nada menos de 800 (oitocentos) milhões de pessoas, distribuídas em todos os continentes, passam fome.

Vivem na mais absoluta miséria, sem qualquer poder de compra e capacidade de consumo. São quase um bilhão de pessoas num universo de poucos mais de seis bilhões. É uma informação extremamente preocupante, e que desnuda as graves desigualdades sociais, resultantes da acumulação concentrada de riquezas entre os países.

Cotas, Tarifas, Cotas/Tarifas, Reserva de Mercado, Subsídios, Controles Monetários e Monopólio Estatal, são mecanismos clássicos de Política Comercial encontrados em todos os países do Planeta. São mecanismos que impedem o Comércio Exterior fluir de acordo com as leis Básicas da Economia, no atendimento do desejo e vontade do consumidor e nas proporções deliberativas dos produtos, através dos planejamentos estratégicos. Por exemplo, até 1992, o Brasil, era considerado um dos países emergentes no Comércio Exterior mais fechados, pois praticava de forma abusiva o subsídio e a reserva de mercado. Nos últimos oito anos esta situação melhorou, possibilitando um tímido mas perceptível bem-estar social.

Imperialismo; Primeira Guerra Mundial; Surgimento do Estado Socialista; Crise Econômica de 1929; Nacional - Socialismo; Segunda Guerra Mundial; Bipolaridade de Poder; Guerras Periféricas; Crise Econômica de 1973; Crise Econômica de 1979; Estagnação Econômica (década de 1998), são problemas econômicos e políticos notáveis ocorridos ao longo do século XX, e que causaram enormes dificuldades ao desenvolvimento do Comércio Exterior, demonstrando que o Século em conclusão gerou importantes contradições nas relações bilaterais e multilaterais entre as nações. Ao mesmo tempo demonstrou que o Comércio Exterior é o caminho natural e permanente para dirimir as desigualdades sócio-econômicas entre os parceiros.

Em outras palavras, não existe perspectiva, no cenário internacional, para a auto-suficiência entre as nações. A Política Comercial tende a ser flexibilizada, notadamente com a constituição dos Estados Continentais, através de princípios federativos, condutores dos blocos econômicos, em andamento.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a Comunidade de Nações, a sobrevivência do Estado sobre-

rano e independente está atrelado aos princípios da interdependência e da complementaridade, que são características predominantes do Comércio Exterior do final do Século XX.

Os mecanismos de Políticas Comerciais são excludentes quanto ao crescimento e desenvolvimento do Comércio Exterior, inibindo o fortalecimento da interdependência e complementaridade.

Os Estados Continentais e os Blocos Econômicos em formação, executam um dubio jogo político no contexto do Comércio Exterior. Ora defendendo a utilização dos mecanismos de Política Comercial, ora condenando-os, como elementos desagregadores na nova estrutura econômica. A verdade é que ainda existe, neste último ano do século XX, preceitos e conceitos basilares do início do mesmo, quando o Comércio Exterior era limitado à potências dominantes, emergidas da Primeira Guerra Mundial, e resultantes do fim do hegemonismo inglês, que predominou de 1815 a 1914, de forma incólume, nas relações econômicas internacionais.

O Brasil, com pelo menos quinze anos de atraso, abriu as fronteiras nacionais para o Comércio Exterior, no Governo Fernando Collor de Mello, resultante da desregulamentação dos mecanismos de importação e exportação e entrada de capital estrangeiro para investimento.

O estudo da Política Comercial e Protecionismo é fascinante e permanente nas relações econômicas internacionais. A compreensão dos acontecimentos mundiais atuais, nas áreas da economia e comércio, passa necessariamente pela análise dos mecanismos protecionistas de mercado. A riqueza das nações é reflexo da gangorra comercial internacional. Assim pensamos ●

\* FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA é professor de Economia Internacional do DECON/UFPI. Mestre em Relações Internacionais e Doutorando em Integração Econômica pela Universidade de León, Espanha